



Mobilização das juventudes frente aos desafios da agricultura urbana na cidade do Rio de Janeiro

Youth mobilization facing the urban agriculture challenges in the city of Rio de Janeiro

MANESCHY, Diogo^{1,2,3}; SANTOS, Hérick²; TEIXEIRA, Camili²; CARREIRO, Quézia²; MOREIRA, Henrique²; CUNHA, Amanda²; JALES, Lucas²; RIBEIRO, Ana Paula²; PATROCÍNIO, Robson²; MARTINS, Paolo^{3,4}

¹Graduando em Geografia - Pedro II, diogommaneschy@gmail.com; ² Campus Fiocruz Mata Atlântica - Projeto Ará; ³ Observatório Ed. Amb. Base Comunitária do RJ; ⁴Univ. Fed. Estado do RJ - UNIRIO.

RESUMO EXPANDIDO TÉCNICO CIENTÍFICO

Eixo Temático: Agricultura Urbana

Resumo: Apresentamos os desafios enfrentados pela agricultura urbana (AU) na cidade do Rio de Janeiro e as estratégias utilizadas como forma de luta pelo direito à cidade. Os processos apresentados partem da atuação de jovens que são educadores territoriais do projeto Ará, coordenado pela Fiocruz Mata Atlântica (FMA). Os conflitos analisados incluem: a falta de incentivos para a agricultura familiar; a questão geracional; o não reconhecimento político da prática da AU; e a relação com o Parque Estadual da Pedra Branca, como elementos que dificultam a perpetuação das práticas agrícolas. Como estratégias de reexistência, destaca-se a importância da união e do envolvimento das juventudes, como indutores do fortalecimento de laços comunitários, a partir do auxílio a empreendimentos populares agroecológicos, do apoio a unidades produtivas, do uso de tecnologias sociais, da articulação política e da comunicação comunitária, contribuindo para a preservação de modos de vida e de conhecimentos locais.

Palavras-chave: Direito à cidade; Agroecologia; Rede Carioca de Agricultura Urbana; Fiocruz Mata Atlântica.

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar reflexões sobre os desafios associados à prática da AU na cidade do Rio de Janeiro, tendo como foco o contexto das juventudes que vivem nos territórios periféricos, particularmente na Zona Oeste. Neste sentido, é apresentado um relato sobre a experiência do Projeto Ará, coordenado pela FMA, Fundação Oswaldo Cruz.

Inicialmente, apresentamos um panorama da prática da agricultura na cidade, contemplando suas dimensões históricas, culturais e políticas como necessárias para a luta pelo direito à cidade (Petrus, 2022). Em seguida, apresentamos o projeto Ará e situamos a sua atuação como um projeto que é mobilizado por uma instituição federal de saúde pública, com atuação na pesquisa, extensão e ensino, em diálogo com as comunidades locais. Por fim, trazemos reflexões sobre os desafios para a AU, a partir do ponto de vista dos jovens que apresentam a AU em seus cotidianos de atuação no projeto.



Agricultura na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e o Projeto Ará

Frente ao avanço da tecnologia e ao crescimento acelerado das grandes cidades, a AU vem sofrendo um apagamento. A falta de reconhecimento fica evidente a partir da carência de políticas públicas para a AU. Essa ausência se materializa, por exemplo, no não reconhecimento da agricultura no plano diretor, o que leva a um quadro de maior dificuldade de acesso das agricultoras e agricultores a políticas de incentivo à prática da AU de base agroecológica (Fernandez; Baptista Filho, 2019, Maselli, 2005).

O avanço da especulação imobiliária é outro fator que ameaça a presença das práticas agrícolas na cidade. Esse fenômeno referendado pelo plano diretor, se rende ao capital imobiliário, priorizando um projeto de cidade que invisibiliza os agricultores e comunidades tradicionais, contribuindo com a verticalização e concretização da cidade.

O projeto surge durante a pandemia de Covid-19, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar no entorno do Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB), como estratégia para o enfrentamento das consequências da pandemia, promovendo a organização comunitária e geração de renda mediante abordagens agroecológicas e tecnologias sustentáveis.

Desenvolvido pelas equipes do Programa de Desenvolvimento do Campus Fiocruz Mata Atlântica (PDCFMA). A FMA se localiza na região da Colônia Juliano Moreira, na vertente leste da Floresta da Pedra Branca, que compreende o maior remanescente de Mata Atlântica do município e a maior floresta urbana do mundo. Por estar situado na fronteira entre a área urbana e a floresta, a FMA atua na construção de um território sustentável e saudável, com especial atenção às questões socioambientais do seu entorno e dialogando com diferentes atores locais, como organizações da sociedade civil, coletivos e instituições públicas.

Para realização de projetos de base agroecológica, que buscam atuar de forma territorializada, a constituição de parcerias é essencial para a constituição de processos de efetiva participação popular. A territorialização foi viabilizada por meio de parcerias com grupos que compõem a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU), que desenvolvem, no seu cotidiano, práticas relacionadas à agricultura urbana e à promoção da saúde.

Estratégias de luta e de enfrentamento da questão geracional presente na agricultura da cidade são importantes para a valorização do envolvimento das juventudes dos territórios no movimento agroecológico. Essa valorização vem sendo promovida a partir da participação em formações, do desenvolvimento de projetos de comunicação popular para promoção da AU (Morelato, 2021) e do apoio à participação em espaços de incidência política.

O Ará tem como referência os movimentos e estratégias produzidas pelos parceiros do projeto, com isso, articulou-se com representantes dos territórios de sete vertentes da Floresta da Pedra Branca indicação de um jovem para atuar como



educador do projeto. Os territórios articulados foram Vargem Grande, Guaratiba, Campo Grande, Rio da Prata, Pau da Fome, Camorim e Colônia Juliano Moreira.

A indicação ocorreu com base nos seguintes critérios: o envolvimento em ações e atividades comunitárias; experiências práticas em trabalhos relacionados à agricultura urbana; e a capacidade de articulação territorial. As principais atribuições das juventudes no projeto Ará são: assessorar as atividades práticas nos territórios com comunicação e sistematização; participar atividades em que há maior número de agricultoras e agricultores (feiras, reuniões, mutirões e atividades das associações); receber as demandas do território e realizar a comunicação com a equipe técnica da FMA; e auxiliar na mobilização das atividades práticas.

Algumas das principais atividades são: o fortalecimento de feiras agroecológicas e feiras de comunidades tradicionais; realização de ações de comunicação sobre as experiências agroecológicas dos territórios; promoção de troca de saberes e acesso a tecnologias sociais através de formações continuadas e oficinas pontuais; realização de visitas técnicas em unidades produtivas em processo de certificação orgânica a partir do sistema participativo de garantia (SPG); realização de oficinas de processamento de alimentos, compostagem e boas práticas de manejo do solo e plantio; e realização de capacitação técnica da equipe em Viabilidade Econômica e Gestão Democrática de empreendimentos populares, fornecendo ferramentas para que os agricultores dos territórios tenham cada vez mais autonomia e sustentabilidade na promoção de suas atividades.

Algumas perspectivas a partir dos territórios: narrativas das juventudes sobre as realidades locais

Realizada dentro e nas proximidades da maior floresta em área urbana do mundo, a AU desempenha um papel importante em nossa região, preservando suas características ancestrais e contribuindo diretamente com a conservação dos ecossistemas naturais. Essa forma de agricultura é realizada de maneira totalmente manual, com o uso de poucas ferramentas, como enxadas, roçadeiras, foices, serras de poda, entre outras. Este tipo de agricultura tradicional requer um trabalho braçal, o que acarreta problemas de escassez de pessoas para trabalhar na agricultura, como relatado pelos próprios agricultores.

Guaratiba vem experimentando um crescimento exacerbado do perímetro urbano, o que tem contribuído com a redução das práticas de agricultura. Isso tem promovido a perda de autonomia alimentar das populações locais e favorecido a transformação dos hábitos alimentares, com aumento do consumo de ultraprocessados.

Ações desenvolvidas pelo arranjo local de Guaratiba e por instituições do território, como a Fundação Angélica Goulart e as Mulheres de Pedra, atuam como contraponto ao modelo de desenvolvimento posto no território, uma vez que estimula a produção de autonomia a partir do cultivo de plantas e cursos de jardinagem para a população local, gestão de resíduos orgânicos, uso de plantas medicinais para cuidados com a saúde e plantio em hortas comunitárias como a horta da Brisa.



Na vertente do Camorim, a agricultura familiar desempenha um papel importante a partir de práticas tradicionais de produção de alimentos que unem conservação ambiental ao fornecimento de alimentos saudáveis para moradores locais. Atualmente, a agricultura no Camorim sobrevive graças a alguns núcleos familiares que mantiveram essas tradições como parte integrante de suas rotinas diárias, envolvendo-se em cuidados com plantas medicinais alternativas, pomares e hortas.

Um exemplo é a ACUCA que realiza diversas atividades sobre temáticas socioambientais por meio de ações educativas, onde busca enfatizar a importância da agricultura familiar, destacando sua relação com a conservação ambiental e com a saúde integral.

O Rio da Prata é conhecido como o maior produtor de caqui do município. Nesta região, a prática da agricultura orgânica faz parte da cultura local, contribuindo para a saúde de quem planta, de quem consome e do meio ambiente. Isso se dá com a contribuição dos agricultores AGROPRATA, que possuem a produção orgânica certificada.

Um dos desafios enfrentados consiste na criminalização do uso de animais para tração e transporte de carga. Devido às características físicas do território, o uso de tração animal é fundamental para promover a continuidade da agricultura local, sendo importante para a logística e distribuição dos alimentos cultivados. Esse problema se repete nos territórios do Pau da Fome e de Vargem Grande.

Nos territórios do Pau da Fome, Rio da Prata e Vargem Grande a maioria dos agricultores reside e trabalha em propriedades localizadas dentro da Floresta da Pedra Branca e na área demarcada pelo PEPB. Isso ocorre porque a presença dessas pessoas que praticam a agricultura se estabeleceu antes da criação do PEPB, em 1974. No entanto, a criação do PEPB trouxe consigo uma política de remoção desses agricultores, o que resultou em dificuldades para aqueles que já viviam na área e dependiam da terra para sustento.

Atualmente, no Pau da Fome não existem feiras agroecológicas onde os agricultores possam vender seus produtos a preços justos. Por isso, eles se veem obrigados a recorrer a outros mercados, onde seus produtos são comprados por atravessadores que pagam preços menores e vendem em mercados convencionais. O Ará está atuando junto à rede de agricultura local, pensando em formas de acesso a mercados e certificação orgânica.

O território de Vargem Grande, conhecido por ser um bairro de caráter agrícola, enfrenta desafios na agricultura familiar, como a pressão do crescimento desordenado, regulamentações inadequadas e a dificuldade no reconhecimento legal das áreas de cultivo das comunidades tradicionais quilombolas. Como forma de enfrentamento ao modelo predatório de desenvolvimento, o território atua em coletivo a partir da Feira da Roça de Vargem Grande e da articulação entre associação de agricultores, de moradores, coletivos de mulheres e quilombolas.



Em Campo Grande, a AU desempenha um papel importante. O bairro abriga a primeira feira orgânica da cidade, a Feira Agroecológica de Campo Grande que existe há mais de 20 anos. No local ocorre a venda de alimentos produzidos na região, o que promove circuitos curtos de comercialização e fortalece a economia local.

Um dos espaços onde ocorre a feira, o Casarão Agroecológico, foi ocupado com o propósito de promover atividades para a comunidade em geral, além de atrair mais visibilidade para a feira e promover temas sobre saúde e agroecologia. A ocupação é realizada pela Associação dos Agricultores da Feira Agroecológica de Campo Grande, Processadores De Alimentos, Artesãos e Amigos (AAFA), junto a colaboradores locais, com apoio do projeto Ará. Atualmente a AAFA desenvolve o projeto Casarão Agroecológico: Espaço de Acolhida e Intercâmbios.

O território da Colônia Juliano Moreira está localizado na vertente leste da Floresta da Pedra Branca. A AU tem no cultivo de quintais uma de suas principais marcas, o coletivo Quintais Produtivos da Colônia. Esse é um exemplo que busca formar uma rede territorial de famílias de agricultores que cultivam de forma agroecológica. Alimentos frescos e processados são vendidos através de uma barraca montada semanalmente. Além disso, as pessoas realizam periodicamente mutirões e encontros para a gestão das atividades e para a troca de conhecimentos.

Um olhar das juventudes sobre os desafios da agricultura urbana

Devido à pouca divulgação e à falta de informações circulando a respeito da AU, a maior parte da juventude acaba tendo uma imagem que não retrata a realidade, assim criando interesse por outras áreas de trabalho, distanciando-se das práticas da agricultura familiar. Com a participação dos jovens em cada vertente, as futuras gerações de agricultores e ativistas carregam uma bagagem riquíssima de conhecimentos e experiências compartilhados por agricultoras e agricultores.

Este cenário pode ser percebido com a falas apresentadas abaixo, de jovens integrantes do projeto:

“O maior dos desafios é conseguir unir as juventudes do território, por conta das tarefas do cotidiano, da falta de incentivo e apoio governamental, e, principalmente, pela falta de acesso a informações sobre as atividades relacionadas à agricultura urbana, que vão muito além de plantar e colher.”

“É imprescindível que alcancemos mais a juventude, visando potencializar nossos esforços com novas perspectivas, ideias e possibilidades, uma vez que nossa agricultura enfrenta um problema geracional, com agricultoras e agricultores cada vez mais velhos e com seus familiares se ocupando com atividades que não são relacionadas à agricultura.”



Apesar das dificuldades enfrentadas, a juventude tem exercido papel fundamental no contexto da AU. Um dos exemplos consiste na criação do jornal comunitário Vozes da Pedra Branca¹. O jornal visa (i) fornecer informações relevantes sobre os movimentos agroecológicos da Floresta da Pedra Branca; (ii) e promover uma comunicação sólida entre os territórios e seus moradores, além de (iii) contribuir com o fortalecimento dos laços comunitários e com a divulgação de informações sobre agricultura, saúde, meio ambiente, políticas públicas e outros temas pertinentes à região, permeando a saúde e o SUS a partir da rede agroecológica que se fortalece com o projeto.

Considerações finais

A AU consiste em uma prática presente na cidade do Rio de Janeiro, que faz parte de sua cultura histórica e contemporânea. Em função do modelo de desenvolvimento adotado pela cidade, esta prática vem sendo sistematicamente enfraquecida. Entretanto, os agricultores familiares que permanecem desenvolvendo suas práticas, através da atuação de modo organizados em seus territórios, seguem resistindo às tentativas de apagamento da agricultura e de seus modos de vida. Neste trabalho, pudemos olhar para essa realidade, a partir dos jovens que têm desenvolvido estratégias de reexistência em seus territórios e, assim, contribuindo para a preservação de modos de vida e de conhecimentos que pautam o direito à cidade (Petrus, 2022) como direito à uma cidade mais diversa, inclusiva e sustentável em sua dimensão ampla.

Referências bibliográficas

FERNANDEZ, A. C. F.; BAPTISTA FILHO, A. C. Agricultura familiar urbana. Limites da política pública e das representações sociais. *Cidades, Comunidades e Territórios*, n. 39, p. 141-154, 2019.

MASELLI, M. M. V. S. Conflitos e resistências na agricultura familiar da cidade do Rio de Janeiro. *Revista Agriculturas: experiências em agroecologia*, v. 12, n. 2, 2015.

MORELATO, R. R. Produtos da Gente: histórias da agricultura urbana. XV Conferência Brasileira de Comunicação Cidadã, 2021.

PETRUS, Fernanda; LAGO, Luciana; FERRER, Luisa. Agricultura urbana e o direito à cidade. In: RIBEIRO, Luiz; RIBEIRO, Marcelo. (org.) Reforma urbana e direito à cidade: Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles IPPUR/UFRJ, p. 99-117, 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/agriurb/download/agricultura-urbana-direito-cidade>.

¹ Site do jornal: <https://www.vozesdapedrabranca.com>